COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

ANO - 2007

PARECER N° 544/ 2007. Emenda Modificativa nº CM-240/2007. Projeto de Lei Complementar nº EM-021/2007.

RELATÓRIO

Distribuída a esta Comissão, para análise e parecer, a Emenda Modificativa de nº CM-240/2007, de autoria do nobre Vereador Anderson José Ribeiro Saleme, oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº EM-021/2007, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de IPTU aos imóveis ocupados por templos de qualquer culto, da forma que específica.

FUNDAMENTAÇÃO

Após minucioso estudo, no que concerne a iniciativa, a proposição ampara-se no art. 201, II, parágrafo único, I, do Regimento Interno.

Quanto à matéria que lhe constitui objeto, a proposição está ancorada nos arts. 11, III, da LOM, em consonância com o art. 150, VI, alínea "b", da Constituição Federal, e arts. 175, I, 176, do Código Tributário Nacional. Verbis:

> Art. 11 Ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e, especialmente: III — instituir e arrecadar os tributos de sua competência, nos termos da legislação específica.

Art. 150 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado á União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

b) templos de qualquer culto;

Art. 175. Excluem o crédito tributário:

I-A isenção;

Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de Lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão declara pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade da Emenda Modificativa de nº CM-240/2007, oferecida ao Projeto de Lei Complementar n° EM-021/2007.

Sala das Comissões, 27 de dezembro de 2007.

Marcos Vinicius Alves da Silva

Relator

Vladimir de Faria Azevedo

Edmar Antônio Rodrigues

Secretário

Membro

Rozilene Bárbara Tavares Consultora Jurídica - OAB/MG: 66,289

RRT/ bkss